

Como ganhar em um jogo ambíguo

por Getúlio Bittencourt

de Brasília

A renegociação da dívida externa brasileira é vista no Ministério da Fazenda, hoje, como um sutil jogo de pôquer. Nele se sabe que o Brasil opera com a ambigüidade de um espelho duplo. Na face negativa desse espelho, o governo José Sarney é um mau exemplo, pois seu balanço de pagamentos vai bem, sem um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na face positiva, o governo Sarney abre um caminho novo para os países devedores.

O Brasil tem, portanto, uma dupla responsabilidade, que parece caracterizar bem o seu papel internacional como o último dos países desenvolvidos e o primeiro dos subdesenvolvidos. Esta última faceta é a que mais preocupa atualmente os países credores, como se pode ver por dois acontecimentos recentes:

1) O presidente do Federal Reserve (Fed) dos Estados Unidos, Paul Volcker, ofereceu ao Brasil dinheiro novo instantâneo, desde que um acordo, qualquer acordo, fosse firmado imediatamente com o FMI.

2) O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, ofereceu dinheiro instantâneo do Plano Baker ao Brasil, sem as condicionalidades do FMI, desde que um acordo, qualquer acordo, fosse firmado com o organismo dirigido pelo francês Jacques de Larosière.

As duas ofertas foram recusadas pelo governo brasileiro. As recusas permitem a identificação precisa das cartas que Brasília está colocando sobre a mesa. O limite do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na negociação com os credores, é político. Elege-se neste ano uma Assembléia Nacional Constituinte em novembro, e o ministro precisa ajudar, e não atrapalhar, a formação de uma sólida base de sustentação para o presidente Sarney.

Firmar um acordo com o FMI agora, sob as condicionalidades estreitamente monetaristas de sua receita, poderia abrir o flanco a uma radicalização de esquerda capaz de colocar em risco a estabilidade da jovem democracia brasileira. Esse preço o governo Sarney não paga e supõe que os credores e o governo americano tampouco queiram pagar. Por essa razão, esse ponto tem feito parte das conversas.

A democracia, então, é o limite do Brasil. Mas qual é o limite dos credores? É o exemplo. Tanto o ministro Funaro quanto seu presidente do Banco Central, Fernão Bracher, entraram nesta fase da renegociação sabendo que o Brasil não poderia conseguir, em relação ao

Como ganhar em um...

por Getúlio Bittencourt
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

principal da dívida, prazos melhores do que conseguiu (nove anos com cinco de acórdia) quando tinha um acordo formal com o FMI.

O Brasil precisaria ceder no prazo e cedeu. Aceitamos oito anos, sete anos, o que seja, mesmo porque se entende no Ministério da Fazenda que essa questão é meramente retórica. Os prazos acertados agora terão de ser rediscutidos talvez já no próximo ano, no contexto de uma renegociação global da dívida externa brasileira.

Mas trata-se de um jogo de pôquer e, em troca dessa concessão, os negociadores brasileiros querem uma redução no "spread" atualmente pago ao credores — que está na média de 2,2% e que se deseja baixar 1%. Não é pouca coisa. Quanto o volume da dívida, esse ponto singular representa hoje cerca de US\$ 1 bilhão.

Se der certo, a linha de renegociação adotada da-

ria considerável margem de manobra interna ao governo Sarney neste decisivo ano eleitoral. A estratégia brasileira prevê, assim, um endurecimento na atual renegociação, que asseguraria ainda uma renovação das linhas de créditos de curto prazo com os bancos estrangeiros por mais de um ano, até março de 1987. A partir dessa data, já com a Constituinte instalada é que se iniciaria uma renegociação de fôlego com o principal da dívida, seria recolocada a discussão de um acordo multianual com os bancos e até de formas de participação (não de monitoração) do FMI no processo.

Os negociadores brasileiros estão com a corda, mas não desejam rompê-la. Um eventual rompimento da corda implicaria retaliações dos credores, retaliações brasileiras, num confronto em que todos poderiam perder. Este confronto só aconteceria a partir de uma total inflexibilidade dos credores. Neste caso, o Brasil bancaria o custo. É por isso que o ministro Funaro, escudado em seu saldo de US\$ 12,5 bilhões na balança comercial neste ano, resolveu ir a Nova York conversar com Jacques de Larosière.

Do ponto de vista brasileiro, levar os números da economia ao diretor geral do Fundo era um gesto simbólico, porque não se procurou acordo nenhum, mas nem por isso menos significativo. De Larosière também não quer romper a corda e pegou no ato o gesto do ministro brasileiro.

Funaro explora com habilidade as frestas na es-

tratégia dos credores, que por um lado reconhecem a especificidade do caso brasileiro, uma economia hoje maior que a dos três milagres asiáticos (Cingapura, Coreia e Formosa) somados, e por outro lado negam-se a dar-lhe tratamento diferenciado para não se enfraquecerem com os demais devedores.

O principal trunfo do ministro brasileiro são os dois anos consecutivos de saldos na balança comercial totalizando mais de US\$ 20 bilhões. Só o saldo brasileiro deste ano é duas vezes e meia maior que o volume de importações da Argentina. A realização de um terceiro ano consecutivo de saldos excepcionais em 1986 consolidaria a posição brasileira.

Os dados do ministro Funaro sugerem que isso acontecerá. Ele tem fé na possibilidade de importar apenas US\$ 700 milhões a US\$ 800 milhões em alimentos para compensar as perdas da seca e espera conseguir quatro vezes mais que isso com as elevações no preço internacional do café, com reduções na cotação do petróleo importado e com as novas descobertas e, de jazidas da Petrobrás que entram em operação neste ano.

Para realizar seus objetivos, o governo Sarney combinará suas forças (o crescimento econômico, o saldo na balança) e sua fraqueza (tendência ascendente da inflação em dois meses). E com a sua força, o crescimento, que o modelo brasileiro começa a exercer sobre os países devedores um fascínio de consequências imprevisíveis.